



SOU FRIDA, MAS NÃO ME KAHLO: DIFICULDADES VIVIDAS POR TRAVESTIS NO ACESSO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

Matheus dos Santos Carvalho¹
Pâmela Tays de Holanda Silva²
Jaqueline Paulino Gomes³
Hortência Farias de Andrade⁴

RESUMO

O Sistema Único de Saúde possui princípios que integram os serviços públicos de saúde, como: equidade, integralidade e universalidade. Mesmo com esses princípios, as travestis possuem complicações para o acesso e ação dos serviços de saúde. Esse artigo trata-se de uma revisão integrativa, através da BVS e SciELO. Com isso, foram inicialmente 89 artigos e após os métodos de inclusão, 11 artigos incluídos. Então, evidenciou-se que as travestis têm dificuldades no acesso ao SUS, sendo estas relacionadas ao nome social e o processo transexualizador, no âmbito do Sistema Único de Saúde, estes são os que causam dificuldades no acesso e afastamento desse público, devido o não respeito da identidade pessoal das travestis, por meio do nome social e a patologização para o acesso ao processo transexualizador, além disso o processo prolongado para adquirir esse serviço.

Palavras-chave: Identidade de gênero, Travestismo, Sistema Único de Saúde.

INTRODUÇÃO

A travestilidade relativo às pessoas travestis, é uma expressão de gênero que difere da designada à pessoa no nascimento, portando, assumindo um gênero diferente daquele sugerido pela sociedade ou família.

“ O diferente” sempre despertou hesitação e resistência ao longo da humanidade, e as travestis, segundo Butler (2003), reinventam a condição de gênero pelas múltiplas performances sociais; ou seja, o gênero pode a partir da abordagem social, assumir várias formas, abrindo diferentes possibilidades de fluidez.

Porém, as travestis são tratadas pela sociedade brasileira como objetos de dimensão para a discriminação, devido que na percepção de que o grupo excede e transgride os padrões

¹ Graduando do Curso de enfermagem do Centro Universitário Tiradentes - PE, matheus060913@hotmail.com;

² Graduanda do Curso de enfermagem do Centro Universitário Tiradentes - PE, pamelatays2000@hotmail.com;

³ Graduanda do Curso de enfermagem do Centro Universitário Tiradentes - PE, jaqueline.jpg@hotmail.com;

⁴ Professora orientadora: Doutora, Universidade Federal de Pernambuco - PE, hortenciafandrade@gmail.com;



normativos vinculados ao gênero e sexualidade, inapropriadas para aceitação social. (AMORIN, 2012, p.1)

Segundo Muller (2008), a vivência de extrema discriminação faz com que muitas travestis acabem por significar a condição de exclusão como permanente, não reconhecendo enquanto sujeito de direitos, susceptível por qualquer benefício dado por órgão governamental ou não governamental.

Com isso, a discriminação e a invisibilidade das travestis têm fortes resultados sociais que propiciam a evasão escolar, não acesso ao emprego, resultando na marginalização e prostituição, além disso em conflitos familiares e sociais, afetando diretamente na saúde física-psíquica- biológica.

Em 2008, 13 Conferência Nacional de Saúde, instituída pela primeira vez gênero e sexualidade como determinantes sociais de saúde, que com isso, almejavam à construção da Política Nacional de Saúde Integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (BRASIL, 2008). Segundo Barros (2016), a política pública de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), auxilia nos determinantes sociais, geralmente com o objetivo de superar a vulnerabilidade de determinados grupos.

Em 2011, A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) instituída pela Portaria nº 2.836 de 1º de dezembro de 2011 tem por objetivo promover a saúde integral LGBT eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo (BRASIL, 2011, p.8).

Em 2016, houve a Campanha de Saúde Trans com o objetivo é informar e conscientizar toda a sociedade, bem como profissionais de saúde, trabalhadores e gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) sobre garantias ao atendimento considerando as especificidades de saúde dessa população.

Porém, estudos como o de Sehnem (2017), demonstram que mesmo com as evoluções das políticas públicas de saúde para a população LGBT, ainda encontra-se dificuldades de acesso integral para esse grupo. Bem como afirma Melo et al; as travestis são as que mais enfrentam dificuldades ao buscarem atendimento nos serviços públicos de saúde.

Sendo a relevância desse estudo no fato de possibilitar a reflexão sobre os desafios que as travestis enfrentam na busca do acesso ao Sistema Único de Saúde. Somando a isto, vale ressaltar a importância dos profissionais em conhecer mais sobre essa população, para assim, instituir um sistema acolhedor e integral. Dessa forma, este estudo tem por objetivo analisar os desafios de acesso enfrentados pelas travestis através de estudos publicados.



METODOLOGIA

Esse artigo trata-se de uma revisão integrativa cuja trajetória metodológica percorrida baseia-se na leitura exploratória e seletiva do material de pesquisa, facilitando para o processo de síntese e análise dos resultados de vários estudos, instituindo-se, assim, um enfoque literário e objetivo.

Sendo assim, utilizou-se seis etapas pré-definidas para construção desse artigo: elaboração da pergunta norteadora, busca das literaturas, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa.

Na primeira fase, relativo à pergunta norteadora, foi formulada por questão de saúde para com essa população, teve o seguinte questionamento: Quais dificuldades vividas por travestis no acesso ao Sistema Único de Saúde? Em seguida, seguiu-se para segunda fase que constitui a coleta de dados.

Então, a coleta de dados foi realizada durante os meses de abril a junho de maio nas bases de dados: Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library (SciELO). Em cada uma dessas bases, foi realizada a busca, utilizando o operador booleano AND entre Sistema Único de Saúde; Travestismo; identidade de gênero. Sendo estes, os descritores em Ciências da Saúde (DeCS).

Com isso, a seleção dos estudos publicados foi por intermédio dos critérios de inclusão: artigo originais, inscritos em português, completos e disponíveis. Optou-se pelo espaço temporal de 5 anos de publicação, devido que a Política Nacional da Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais que foi instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde em 2011. Como critério de exclusão foram estudos inscritos em inglês e espanhol, aqueles que não estavam no espaço de tempo delimitado, as teses, dissertação e os artigos que não responderam a pergunta norteadora.

Na busca resultou 89 artigos, destruídos nessas duas bases de dados determinadas. Bem como foram lidos os títulos e os resumos dos artigos, sendo apenas incluídos aqueles que abrangiam a temática, totalizando 11 artigos para construção dessa revisão integrativa.

DESENVOLVIMENTO



Esse estudo baseia-se em uma revisão integrativa, de forma metodológica exploratória. As bases de dados foram a Biblioteca Virtual de Saúde e Scientific Electronic Library Online, que inicialmente 89 artigos e após os métodos de inclusão, totalizou 11 artigos inclusos. Além disso, fez-se o uso dos descritores de saúde interligados aos operadores booleanos, como: Identidade de gênero AND Sistema Único de Saúde AND travestismo.

Com isso, através das literaturas selecionadas pela metodologia, as principais discussões sobre a temática desse artigo, demonstram-se em dois eixos sobre as dificuldades vividas por travestis no acesso ao Sistema Único de Saúde: O nome social e o processo transexualizador.

Portanto, no espaço temporal de 5 anos com os estudos selecionados, evidenciam-se que têm avanços para o acolhimento e serviços de qualidade para essa população, principalmente após a Política Nacional de Saúde Integral aos LGBT e a Campanha de Saúde Trans. Porém, dificuldades continuam na impicalidade dos serviços, como o não respeito por parte dos profissionais para com o nome social e o processo prolongado e diagnóstico patológico no processo transexualizador, sendo estes dois fatores que afastam as travestis do Sistema Único de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados, pautaram-se em 11 publicações das quais cinco foram obtidas na SciELO e os outros seis foram da BVS. O idioma encontrado nos estudos constitui no português e o país que foi realizados os estudos foi o Brasil. O período de publicação dos mesmos ocorreu entre os anos de 2015 a dezembro de 2018. Nos artigos achados e lidos na íntegra entre seus achados deixa evidenciado que as dificuldades vividas por travestis no acesso ao Sistema Único de Saúde estão relacionadas ao nome social e o processo transexualizador.

No quadro 1, as publicações foram organizadas em título do artigo, base dados, ano, método e as dificuldades vividas por travestis no Sistema único de saúde segundo o artigo.

Quadro 1: Descrição dos artigos que abordam as dificuldades vividas por travestis no acesso ao Sistema Único de Saúde.

Título do Artigo	Base de dados	Ano	Método	As dificuldades das travestis vivida no SUS
Vivências de travestis no acesso ao SUS.	SciELO	2017	Qualitativo	Nesse artigo demonstra as dificuldades vividas por travestis no SUS: fragilidades no

				atendimento às travestis no nome social e no processo transexualizador.
Mulheres transexuais e o processo transexualizador: experiência de sujeição, padecimento e prazer na adequação do corpo.	SciELO	2015	Qualitativo	Nesse artigo demonstra as dificuldades vividas por travestis no SUS: na questão do tempo longo para conseguir a cirurgia de transgenitalização.
Uma reflexão sobre saúde, corpo e gênero: experiências de usuários trans e travestis do consultório de rua.	SciELO	2015	Qualitativo	Nesse artigo demonstra as dificuldades das travestis no SUS: na vulnerabilidade e discriminação para com elas nos serviços de saúde, havendo o afastamento da mesma desses serviços.
Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde.	SciELO	2016	Qualitativo	Nesse artigo demonstra as dificuldades vividas por travestis no SUS: nas questões do não respeito ao nome social e o processo prolongado para obter o processo transexualizador.
Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde.	SciELO	2018	Qualitativo	Nesse artigo demonstra as dificuldades vividas por travestis no SUS: uma questão de não conhecer a pluralidade de gênero que implica no processo transexualizador e no nome social.
“Tem que nascer já com aquele dom”:	BVS	2015	Qualitativo	Nesse artigo demonstra as dificuldades vividas por travestis no SUS: conhecer as vivências

vivência de uma jovem travesti.				sociais, afetivas e sexuais e a implicidade à saúde.
A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros (LGBT) e o acesso ao processo transexualizador no Sistema Único de Saúde: avanços e dificuldades.	BVS	2017	Qualitativo e quantitativo	Nesse artigo demonstra as dificuldades vividas por travestis no SUS: questões de desigualdades nas localidades regionais e a limitação da expansão do processo transexualizador nos hospitais.
Atendimento das necessidades em saúde das travestis na atenção primária.	BVS	2018	Qualitativo	Nesse artigo demonstra as dificuldades vividas por travestis no SUS: preconceito e discriminação por parte dos profissionais para com as travestis.
Silicone líquido industrial para transformar o corpo: prevalência e fatores associados ao seu uso entre travestis e mulheres transexuais em São Paulo, Brasil.	BVS	2016	Quantitativo	Nesse artigo demonstra as dificuldades vividas por travestis no SUS: Baseia-se nessa prática como recurso negativo para a saúde das travestis e a busca do silicone industrial, devido a dificuldade no processo transexualizador.
Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais.	BVS	2017	Qualitativo	Nesse artigo demonstra as dificuldades vividas por travestis no SUS: questão do nome social.

Diversidade de gênero e acesso ao sistema único de saúde.	BVS	2017	Qualitativo	Nesse artigo, demonstra as dificuldades vividas por travestis no SUS: ausência da equidade e o não respeito ao nome social.
---	-----	------	-------------	---

NOME SOCIAL E AS TRAVESTIS

O nome social trata-se de uma autodeclaração de um nome pelo qual a travesti gosta de ser identificada socialmente. Sendo, contrário ao nome do registro civil da mesma.

No âmbito do Sistema Único de Saúde, o Ministério da Saúde orienta sobre o preenchimento do nome social no cartão do SUS, a identificação pelo nome social em todos os documentos dos usuários, o que inclui o cartão SUS, é um direito garantido desde 2009 pela carta de Direitos dos Usuários do SUS (Portaria 1.820 de 13 de agosto de 2009).

Contudo, estudos demonstram discriminação e não cumprimento dos profissionais de saúde para com o nome social. Segundo Ferreira (2018), as travestis ainda sofrem cenas de discriminação nos serviços públicos de saúde por conta do nome social, que geralmente não é respeitado pelos profissionais do serviço.

Segundo Silva et al (2017), especificamente as travestis, a falha no direito ao uso e respeito do nome escolhido por esta, configura-se como violência, constrange-os, causa sofrimento e afasta do atendimento à saúde, ferindo os direitos do usuário e os preceitos do SUS baseados na universalidade do acesso, equidade, integralidade e humanização da assistência.

Com isso, confirma o estudo de Rocon et al (2016), que objetivou discutir as dificuldades de pessoas trans e travestis em acessarem os serviços de saúde no SUS, o desrespeito ao nome social nos serviços de saúde pública, tem sido relevante na não efetivação do acesso ao cuidado em saúde. O mesmo afirma que “o desrespeito ao nome social se apresenta como uma das principais impedimentos ao acesso universal, integral e equânime.

Conseqüentemente o uso do nome social é um utensílio para o acesso das travestis aos serviços de saúde, deve ocorrer o acolhimento por parte dos profissionais e o estabelecimento do vínculo profissional-paciente, sendo essa interligação importantíssima, devido que essa estimula a continuidade do usuário no serviço e acatar os cuidados em saúde. Desta forma, favorecer o uso do nome social pelos usuários oportuniza o desenvolvimento do acolhimento.

PROCESSO TRANSEXUALIZADOR E AS TRAVESTIS



Segundo Bento (2011), as travestis transformam o corpo na busca do bem-estar, com isso inventem muito nas questões de beleza com métodos invasivos ou não, como hormonioterapia, silicone, cirurgias. Com o objetivo de se sentir bem, por meio da interligação entre seu corpo e o gênero.

Entretanto, as travestis são invisíveis nas questões sociais, principalmente por um Estado que excluem as minorias e isso interfere, tornando-se esse grupo como vulnerável, devido o não acesso ao emprego, evasão escolar e resultando na marginalização. Como afirma Otoni (2014), devido à fatores excludentes sociais para com as travestis, essa população vive em trabalhos informais e marginalizados. Sendo assim, afirma o estudo de Pelúcio (2011), que a condição financeira interfere nos limites das transformações do corpo delas.

Então, Pinto et al (2017), afirma que devido às condições financeiras das travestis, as mesmas buscam métodos de beleza mais acessíveis, geralmente clandestinos, como no caso do silicone industrial que não é apropriada, pois resultam malefícios a saúde, como Trombose e infecção no membro na qual ele é colocado.

No entanto, o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde foi instituído por meio da Portaria nº 1.707/GM/MS, de 18 de agosto de 2008 e da Portaria nº 457/SAS/MS, de 19 de agosto de 2008. Estas portarias estavam pautadas na habilitação de serviços em hospitais universitários e na realização de procedimentos hospitalares.

Bem como, tendo em vista a necessidade de definição de protocolos clínicos de atendimento no âmbito do processo transexualizador, foi publicada a Portaria nº 1.579, de 31 de julho de 2013, que suspendeu os efeitos da Portaria SAS nº 859 até que fossem definidos os referidos protocolos. Em 19 novembro de 2013 foi, então, publicada a Portaria nº 2.803(*) que redefiniu e ampliou o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde - SUS.

Todavia, estudos como o de Signorelli (2017), demonstra que o processo transexualizador não é universal, principalmente nas questões municipais, pois os serviços da atenção primária até a especializada não foram constituídos para tal processo. No mesmo estudo, mostra que a espera para cirurgia de transexualizadora é enorme e longa, devido o quantitativo enorme para realizar esse processo e poucos hospitais especializados para realizar tal processo.

Além disso, um limitador do acesso aos serviços de saúde, como afirma Bento (2011) e Rocon et al (2017), o diagnóstico patológico é promotor da seletividade no acesso a esses



programas, de modo que são pautados o gênero referente ao masculino e feminino de modo binário, ainda com referência do gênero com a genitália.

Mas também, para Ferreira (2018), as travetis buscam o hormônio feminino para que aconteça mudanças biológicas e físicas em seu corpo, porém sem acompanhamento, as mesmas usam em grande quantidade para que tais transformações aconteçam de forma.

Portanto, Sehnem (2017), relata em seu estudo que a longa espera para o processo transexualizador e o diagnóstico patológico, faz que esses contextos afastem as travestis do SUS, buscando assim, por conta da marginalização, métodos clandestinos que afetam as vidas das mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível evidenciar por intermédio da literatura científica nacional, os elementos dos desafios das travestis no acesso ao Sistema Único de Saúde, no qual foram extraídos das publicações dos artigos do espaço temporal de cinco anos. Com isso, a metodologia proporcionou os elementos analisados, tornando-se eficaz para o aprofundamento da temática e o objetivo buscado por esse estudo.

Devido o não cumprimento e respeito dos profissionais relativo ao nome social, mostrou-se que as travestis afastam-se do serviço de saúde, devido a discriminação e por não respeitar sua identificação. Sendo assim, faz-se necessário a educação continuada para capacitação dos profissionais para o acolhimento e humanização para o respeito do nome social, bem como disponibilizando um espaço no prontuário para o nome social, também diminuir a burocracia desse processo e contribuir para o processo de cidadania dessa população.

Bem como demonstram os estudos, devido o não processo transexualizador não ser universal, faz com que as travestis busquem outras alternativas, sendo essas, que afetam totalmente a saúde das mesmas, por não ser acompanhado por uma equipe multidisciplinar. Sendo necessário a expansão do processo transexualizador nos serviços de atenção básica a especializada nas esferas nacionais, regionais e municipais.

Mas também, deve-se discutir sob a patologização transexual para poder sufluir dos serviços de saúde relacionado ao processo transexualizador, visto que o Sistema Único de saúde é amplo para o processo de saúde, como a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), saúde é um estado em equilíbrio do contexto biológico-psicológico-social. Não havendo necessidade de uma patologia prévia para ter esse acesso específico, sendo a patologização um fator que afasta as travestis dos serviços de saúde.

Portanto, com essa análise final, pode tornar-se o SUS como um âmbito do processo de saúde e cidadania. Demonstrando-se assim, o mesmo como um sistema universal, integral e equânime.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Sylvia Maria Godoy; VIEIRA, Fernanda de Sousa; BRANCALEONI, Ana Paula. Percepções acerca da condição de vida e vulnerabilidade à saúde de travestis. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p.1-11, dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2013.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: **Editora Civilização Brasileira**, p.236. 2003.

FERREIRA, Breno de Oliveira; PEDROSA, José Ivo dos Santos; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. DIVERSIDADE DE GÊNERO E ACESSO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 1, n. 31, p.1-10, nov. 2018.

MULLER, Magnor Ido; KNAUTH, Daniela Riva. Desigualdades no SUS: o caso do atendimento às travestis é babado! **Cadernos Ebape**, [s.l.], v. 6, n. 2, p.1-14, jun. 2008.

MELLO, Luiz et al. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Revista Latinoamericana**, [s.l.], p.1-22, dez. 2011.

NASCIMENTO, Hosana Maria do; SOUSA, Junior Araújo; BARROS, Claudia Renata dos Santos. ATENDIMENTO EM SAÚDE PARA AS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA (2008-2017). **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [s.l.], v. 1, n. 4, p.1-19, dez. 2018.

ROCON, Pablo Cardozo et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 21, n. 8, p.2517-2526, ago. 2016.

SEHNEM, Graciela Dutra et al. ASSISTÊNCIA EM SAÚDE ÀS TRAVESTIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: DO ACESSO AO ATENDIMENTO. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, Recife, p.1-10, abr. 2017.